

ATA DA ATA N.º 6/2018

ATA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2018

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----
- 2.º - Período de intervenção do público.-----
- 3.º - Período de antes da ordem do dia.-----
- 4.º - Ordem do Dia:-----

Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

- 1) Pedido de informação sobre a viabilidade de construção de um edifício de habitação, comércio e/ou serviços, sito na Rua 1.º de Maio, em Ferrel, apresentado em nome de António Alves Ribeiro - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 2) Pedido de licenciamento para construção de armazém agrícola, sito na Rua El Rei D. Dinis, em Geraldês, apresentado em nome de Clara Isabel Pereira Pinto - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 3) Pedido de licenciamento para demolição de edifício existente e construção de moradia unifamiliar com 3 pisos, sito na Rua da Saudade, n.º 6, em Peniche, apresentado em nome de Luís António Fidalgo Tormenta - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 4) Pedido de licenciamento para alteração de garagem, sita na Rua Alexandre Herculano, em Peniche, apresentado em nome de Auto-Central de Peniche, L<sup>da</sup>. - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 5) Pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da Lic.<sup>a</sup> 13/16, sita na Avenida do Mar, nos Casais do Baleal, apresentado em nome de Álvaro da Conceição Oliveira - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 6) Pedido de licenciamento para demolição total do existente e construção de prédio destinado a comércio e/ou serviços, sito no Largo da Nossa Senhora da Conceição, n.º 23, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Paulo Jorge Ferreira Santos - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 7) Execução de passadeira na Rua Frei João da Santíssima Trindade, em Geraldês - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 8) Proposta para execução de edifício de apoio (abrigo para funcionário), sito na Rua das Galhetas, na Prageira, em Peniche apresentado em nome de ECOCENTRO - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 9) Concurso público para elaboração dos projetos da 2.ª fase de requalificação do fosso das muralhas de Peniche e zona envolvente - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 10) Concurso público para empreitada de requalificação dos espaços exteriores envolventes a quatro bairros sociais: Calvário, Coosofi, Fernão Magalhães e Vale Verde - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 11) Reabilitação do edifício da antiga central elétrica, esboços de alteração dos projetos para apreciação - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----
- 12) Exposição sobre o pedido de licenciamento para alterações de fachada em

edifício destinado a comércio, sito na Praça Jacob Rodrigues Pereira, n.º 10, em Peniche, apresentado em nome de Henrique Bernardino Nunes – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; --

-----13) Plano de alinhamentos do traçado viário da Estrada dos Remédios – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----14) Projeto de construção de edificações – Fornos Romanos do Murraçal da Ajuda – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----Ocupação do espaço público e publicidade:-----

-----15) Ocupação de espaço público com uma banca para a realização de peditório para angariação de fundos, em Peniche, requerida pela Renascer - Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, com isenção de taxas – Pelouro da Administração Geral;---

-----Departamento de Obras Municipais:-----

-----16) Auto de receção definitiva da empreitada de Construção do Parque Urbano da Avenida Monsenhor Bastos e reabilitação da zona da Prageira, em Peniche – 1ª fase”, espaços verdes (Proc. 945.A/DOM) – Pelouro das Obras Municipais;-----

-----17) Incumprimento do prazo da empreitada “Reabilitação de 18 fogos do Bairro do Calvário”, em Peniche (Proc. 443.B/DOM) – Pelouro das Obras Municipais;-----

-----Protocolos:-----

-----18) Protocolo para a realização de Formação Prática em Contexto de Trabalho - Curso de Empregado (a) de Andares - Cercipeniche - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL; -----

-----19) Candidaturas GAL Pesca Oeste: “Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos” – musealização do Sítio Arqueológico do Murraçal da Ajuda – Pelouro dos Fundos Comunitários;-----

-----20) Candidaturas GAL Pesca Oeste: “Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos” – valorização paisagística do depósito funerário de catástrofe do naufrágio do navio *San Pedro de Alcantara* – Pelouro dos Fundos Comunitários; -----

-----21) Projeto de espaços exteriores de valorização paisagística do depósito funerário de catástrofe do naufrágio do navio *San Pedro de Alcantara* – Pelouro dos Fundos Comunitários;-----

-----22) Candidaturas GAL Pesca Oeste: “Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos” – recuperação da Barca de Armação “Júdice Fialho” – Pelouro dos Fundos Comunitários;-----

-----Intervenção social:-----

-----23) Suspensão do valor da renda da habitação sita no Bairro Valverde, bloco 8, r/c esquerdo - José António Araújo Leitão – Pelouro da Solidariedade Social;-----

-----Património municipal:-----

-----24) Doação de duas telas e nove vestidos de cerimónia por Ida Guilherme – Pelouro da Administração Geral; -----

-----25) Arrendamento de um edifício, sito no Cabo Carvoeiro, em Peniche, onde funciona o estabelecimento de restauração denominado Nau dos Corvos – Pelouro das Finanças; -----

-----Delegação de competências do município:-----

-----26) Comparticipação nas despesas pela manutenção de equipamento – Freguesia de Ferrel – Pelouro de Ligação às Freguesias;-----

-----27) Apoio financeiro à Freguesia de Ferrel – Pelouro de Ligação às Freguesias;--

-----Relacionamento Institucional:-----

-----28) Adesão do Município de Peniche à rede “Portugal sem Touradas” – Pelouro da Proteção Animal; -----

-----Licenciamento de atividades diversas:-----

-----29) Licenciamento de desfile escolar carnavalesco, com isenção de taxas – Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia – Pelouro da Administração Geral; -----

-----30) Licenciamento de festa religiosa com procissão, em honra de São Brás, e bailes de carnaval, no Paço, requerido pela União Recreativa Desportiva Cultural do Paço – Pelouro das Atividades Económicas;-----

-----Apoios diversos:-----

-----31) Isenção de taxas pela emissão de licença especial de ruído para espetáculo de música ao vivo – Associação de Motociclismo de Peniche – Pelouro da Administração Geral;----

-----Reuniões de Câmara:-----

-----32) Realização da reunião ordinária da Câmara Municipal de 12 de fevereiro de 2018 – Pelouro da Administração Geral. -----

-----5.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e trinta minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

A reunião foi interrompida entre as doze horas e cinquenta minutos e as quinze horas e cinco minutos. Entre as catorze e trinta e as quinze horas, os membros da Câmara Municipal deslocaram-se à Estrada dos Remédios, em Peniche, no âmbito do ponto número treze da ordem do dia. -----

Estiveram presentes os senhores: Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, durante o período de antes da ordem do dia e apreciação e votação dos pontos um a nove da ordem do dia, Josselene Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, durante toda a reunião, e Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, José Ribeiro Gonçalves, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos um a nove da ordem do dia, Rodrigo Lopes, Técnico Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos um a seis da ordem do dia, David Gonçalves, Técnico Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação do ponto oito da ordem do dia, Florinda Monteiro, Engenheira Técnica Civil da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos nove a onze da ordem do dia, Etelvina Alves, Técnica Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação do ponto catorze da ordem do dia, Nuno Cativo, Chefe da Divisão de Energia e Ambiente, durante a apreciação e votação dos pontos catorze e vinte e um da ordem do dia, Ana Carriço, Técnica Superior de Arquitetura Paisagística, durante a apreciação e votação do ponto catorze da ordem do dia, Rui Venâncio, Técnico Superior de Arqueologia, durante a apreciação e votação dos pontos catorze e vinte e um da ordem do dia, Rodolfo Costa Verissimo, Técnico Superior do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos, durante a apreciação e votação dos pontos dezanove, vinte e vinte e dois da ordem do dia e Sara Gomes Técnica Superior de Arquitetura Paisagística, durante a apreciação e votação do ponto vinte e um da ordem do dia.-----

Estiveram também presentes os senhores Jorge Carvalho e Gil Ribeiro da empresa Jorge Afonso Carvalho, Urbanísticas, L.<sup>da</sup>, na apresentação, do ponto de situação do Plano Diretor Municipal. - Depois de aberta a reunião, por proposta do senhor Presidente, a Câmara Municipal de Peniche e todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio, em memória do senhor João Augusto Tavares Barradas, Comendador da Ordem do Mérito. -----

#### ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:

As atas n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5, das reuniões camarárias realizadas nos dias 03, 08, 15, 22 e 29 de janeiro de 2018, foram disponibilizadas em formato digital, não tendo sido aprovadas por terem sido solicitadas retificações aos respetivos textos. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Rui d' Almada** disse que gostaria de obter uma resposta ao pedido efetuado e entregue na Câmara Municipal, em 2 de novembro de 2017, para ocupação de um lugar. O senhor **Presidente da Câmara** disse que existiam antecedentes, dando conta que a Câmara Municipal, em dezembro de 2016, aprovou, submeter a consulta pública, o projeto de regulamento de comércio e prestação de serviços de restauração e bebidas sedentárias no Município de Peniche, não tendo tido desenvolvimento, referindo que pretendem voltar a analisar a proposta, estando a aguardar parecer dos serviços, no sentido de se verificar se será possível a venda ser efetuada no mercado mensal. Disse que pretendia apresentar nova proposta de regulamento.-----

- **António Pelerito** perguntou qual foi o parecer dado, da análise ao contrato de arrendamento que facultou, há cerca de um mês, relativamente ao edifício *San Pedro de Alcantara*. Questionou se seria necessário mais algum documento para facilitar a análise, e que poderia colocar os seus advogados em contacto com os juristas da Câmara Municipal, para se poder abreviar a situação, uma vez que os prejuízos vão aumentando. Referiu que foi assumido, verbalmente, que não iria abrir o local sem que houvesse uma decisão, estando a cumprir. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o processo está a ser avaliado por um jurista externo. Referiu que, na sua opinião pessoal, aquele edifício deve ser demolido, para ganhar alguma capacidade de negociação com os restantes, mesmo sabendo que não existe nenhum projeto para aquela zona. Disse que, quando o senhor António Pelerito, telefonicamente, lhe comunicou que iria abrir, lhe disse que, no dia seguinte, como Presidente de Câmara, fechava. Referiu que, de acordo com os dados que dispõe, não lhe irá ser dada razão. O senhor **António Pelerito** disse que se está a pôr em causa o recibo da EDP, que anexou ao contrato. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não se estava a avaliar o processo, uma vez que nenhum dos intervenientes é jurista, a Câmara Municipal é soberana para tomar uma decisão, e quando essa decisão for tomada, o senhor António Pelerito deverá avaliar o que deverá fazer. O senhor **António Pelerito** perguntou, uma vez não existe projeto para aquele espaço, e que todos sabem que este assunto, é pessoal, entre o próprio e o antigo Presidente da Câmara, senhor António José Correia, qual a razão de todos os edifícios degradados e em perigo de higiene pública, referindo-se aos edifícios da GNR, da Marinha, e a tudo o que está construído em cima da muralha, que está abandonado, porque é que não é limpo. Disse que os dois inquilinos existentes, elaboraram um projeto para apresentar à Câmara Municipal, em que consideram que as muralhas deveriam ficar a descoberto, limpando o espaço existente a norte, e perguntou se valeria a pena apresentar o projeto para ser analisado, ou será ponto assente a demolição, e o que pensam fazer com o posto da Guarda Nacional Republicana que está, ainda, em funções naquele local. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o senhor António Pelerito não poderia pedir à Câmara Municipal uma decisão. Deu conta que o assunto está a ser avaliado e, em momento oportuno, quando se receber o parecer jurídico, os sete elementos irão saber o que fazer. O senhor **António Pelerito** referiu que, na anterior reunião de Câmara pública, em que esteve presente, colocou a questão relativamente aos pedidos de retificação das vinte e duas escrituras efetuadas, tendo sido o único a ser excluído, e perguntou se a Câmara Municipal já analisou, os vinte e dois casos, referidos em atas, e qual foi a razão de ter sido o único excluído. Disse que possuía cópia da ata, de 17 de fevereiro de 2003, que dizia o seguinte: *“em nome de Sara Cristina Pereira Garcia e outra, construção de um edifício para habitação turística e escritórios, na Avenida do Mar, em Peniche, já presente em reuniões anteriores, e acompanhado agora de parecer do IPPAR. Deliberado aprovar o projeto de arquitetura, devendo apresentar os projetos das especialidades e com eles os desenhos que deem satisfação ao constante na informação da DHU de 19 de Novembro de 2002 e lembrar ao requerente que o edifício se situa em zona predominantemente utilizada com estabelecimentos de bebidas e diversão noturna, o que se considera incompatível, em princípio,*

*com o tipo de estabelecimento que pretende licenciar, pelo que serão da responsabilidade do requerente as consequências que daí possam resultar.» Disse que, em fevereiro de 2003, a Câmara Municipal assumiu aquele espaço como sendo de diversão noturna. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não estariam ali com o propósito de avaliar questões jurídicas relacionadas com situações do passado, e que não tem conhecimento do enquadramento legal que possa existir. Disse que, se o senhor António Pelerito acha que todas as questões levantadas serão encaminhadas para o gabinete jurídico, está equivocado. Disse que, caso o senhor António Pelerito se sinta prejudicado, terá que acionar os meios legais. O senhor **António Pelerito** disse que, no que dizia respeito à Rip Curl, iria entregar, em mão, à Câmara Municipal, cópia do parecer do juiz, relativamente ao processo que a anterior Câmara Municipal lhe colocou. Perguntou quanto custou, à Câmara Municipal de Peniche a contratação de advogados, e, existindo um advogado por avença, quanto tempo perdeu relativamente ao processo. Solicitou, em nome de vários cidadãos de Peniche, se seria possível consultar todo o processo e voltar a coloca-lo na Polícia Judiciária, para voltar a ser investigado, e para não se esconderem documentos que foram escondidos, pelo senhor Jorge Amador. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o senhor António Pelerito teria que efetuar todos pedido por escrito, através de requerimento, que serão analisados juridicamente e dada resposta. -----*

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

#### INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: -----

#### **Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:**

Deu conhecimento dos assuntos mais relevantes da sua agenda, nos últimos dias, conforme se indica:-----

-Deu conhecimento que a Marinha transmitiu a concordância com a realização das comemorações do dia / semana da Marinha em Peniche, e informou que a senhora Vice-Presidente esteve reunida com elementos da mesma e que logo que o programa esteja fechado será disponibilizado. -----

-Deu conta da constituição do Gabinete de Comunicação e Imagem, composto pelo senhor Joaquim Meireles, como coordenador e que iniciou funções naquele dia, e os Técnicos Vítor Glória, Ana Salomé Sousinha e Ângela Malheiros.-----

-Deu conta que pretende contratar a elaboração de um estudo sobre o desenvolvimento concelhio, a estratégia a implementar durante o mandato e para os próximos anos. Entendem que é um documento estratégico para dinamização económica e para sustentar as propostas que irão apresentando, nomeadamente as candidaturas aos fundos europeus.-----

-Disse que estão a estudar e a avaliar a possibilidade de adquirir dois edifícios, junto aos Paços do Concelho.-----

-Em relação à segurança do concelho, disse que reuniram com o Conselho Municipal da Segurança, na sexta-feira, tendo havido muitas participações. Deu conta que foram dadas orientações aos serviços, no sentido de se contratar a execução do plano para a defesa da floresta contra incêndios, que não existe, e do plano de gestão municipal da floresta, estando a equacionar a contratação de um técnico florestal. Foram dadas orientações, também, para a execução dos planos de segurança de edifícios municipais, que não existem e dos equipamentos à responsabilidade do Município.-----

-Disse que estão a analisar, tendo já sido tomadas algumas decisões, no sentido de notificar os proprietários para limpeza dos terrenos, de acordo com a Lei.-----

**Senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Petinga:**

-Deu conta de um convite efetuado por um grupo de empresários locais, para uma reunião, na qual foi informada que existia a possibilidade de vir a ser criada uma Associação Empresarial em Peniche.-----

- Disse que, na passada quinta-feira, houve uma reunião na Oestecim, em que solicitavam a presença dos responsáveis autárquicos pelo empreendedorismo e Associações Comerciais ou Industriais que existissem na região, tendo a própria estado presente.-----

-Deu conhecimento que iria ser inaugurada a exposição “Pedro e Inês – Na História da Serra d`El-Rei, no dia 14 de fevereiro, às 18h30, sendo, também, inaugurado o Museu da Serra d`El-Rei. ---

- Considerando as preocupações com o lixo no Carnaval 2018, disse que iriam ser expostos cartazes, nos contentores do lixo como forma de sensibilização.-----

-Deu conta que, na próxima semana, será semana dos afetos e Peniche irá associar-se, estando previstas várias atividades, em Associações, Escolas Básicas e Jardins de Infância, sendo uma atividade que se insere num projeto do Aces Oeste Norte.-----

**Senhora Vereadora Cristina Leitão:**

-Saudou o facto de terem sido apresentadas cinco atas para aprovação, todavia, referiu, tal como o senhor vereador Jorge Gonçalves já o tinha feito, que o site do Município continua a não ter atas do atual mandato, apesar de já terem sido aprovadas algumas, sendo difícil dar a conhecer dos assuntos abordados na Câmara Municipal.-----

-Alertou para o facto de não se conseguir consultar atas anteriores já aprovadas.-----

-Relativamente às atas que foram apresentadas, disse que solicitou muitas retificações, porque as atas não refletem aquilo que se passa nas reuniões. Lamentavelmente, no que toca às intervenções dos vereadores do Partido Social Democrata, há muita informação em falta, e se no passado diria ao senhor Vice-Presidente, Jorge Amador, que ele gostava de usar o lápis azul, lamenta que as atas contenham pouca informação relativamente às suas intervenções, algumas de grande importância. São propostas que fizeram na Câmara Municipal, esperando que não se repita, porque, daquela forma, ficaria difícil trabalhar ali, e de apresentar propostas. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, se estava a insinuar que o Presidente da Câmara tinha alguma intervenção nas atas das reuniões de câmara ou de outras reuniões quaisquer, que não haja a menor dúvida que isso não acontece, e todos os serviços municipais sabem disso. Disse não ser quem a senhora vereadora Cristina Leitão referiu, disse ser o Henrique Bertino, que está a exercer funções de Presidente da Câmara Municipal de Peniche. Referiu que, se existem chamadas de atenção, de que as atas não são feitas a tempo, por vezes é a própria Câmara Municipal que contribui para que elas não sejam feitas com mais rapidez. Em relação à forma como disse, não se repita, disse não ser a melhor forma, o que devem fazer será solicitar aos trabalhadores, que se esforcem muito, nomeadamente os três que estão no gabinete das atas e a Chefe de Divisão de Administração e Finanças, que tentem fazer um pouco melhor e tentem refletir nas atas o que é dito e assumido nas reuniões de câmara. Disse que iria ter mais atenção às atas, apesar da falta de disponibilidade, e a partir do momento que começou a perceber a grande preocupação em relação às atas, prefere que demorem mais uma semana ou duas, para ter oportunidade de fazer refletir o que entende, que é diferente daquilo que outros vereadores entendem que deve ser refletido nas atas, aliás, referiu ter sido o primeiro a apresentar a declaração de voto, em relação à aprovação do CROA, e pelo que escreveu, sabia o que iria acontecer de seguida, portanto, não foi surpresa nenhuma, confirmando o que vai transmitindo. Obviamente que os senhores vereadores fazem a leitura que entenderem, ele, Henrique Bertino, não o vai fazer, porque não é um Presidente igual ao anterior. A senhora vereadora **Cristina Leitão** esclareceu que não disse que o senhor Presidente tinha um lápis azul, mas sim que, no passado, estavam perante um lápis azul, sendo uma questão que não gostaria de ver neste mandato. Referiu, também, que o que disse foram factos, em que os vereadores do Partido

Social Democrata apresentam propostas e as propostas não aparecem nas atas, sistematicamente, dando como exemplo, uma proposta para um museu onde se pusesse o espólio do Paulino Montez, uma proposta para o edifício *San Pedro de Alcantara*, uma proposta para a ARU de Atougua da Baleia, que já tinham feito no mandato anterior, portanto, estão a falar de questões concretas, de propostas de reuniões, de situações em que foram mostrando o seu descontentamento, relativamente ao facto do senhor Presidente fazer reuniões com grupos de cidadãos e não os convidarem, uma vez que gostariam de estar presentes, propostas sobre questões relativamente ao acampamento de etnia cigana, entre outras, e são estas que pede que não deixem de constar nas atas. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não tinha nenhum problema que as questões fossem refletidas nas atas, sabendo qual o propósito, que dura há muitos anos, agora, a exigência é maior, e provavelmente facilitaria se os senhores vereadores, que veem que existem insuficiências em termos de serviços, pudessem fazer uma listagem das questões que vão colocando e a entregassem aos serviços. -----

-Fez referência aos assuntos que iria acrescentar, face aos que ainda não obteve resposta, tendo solicitado alguma atenção, todavia apresentou um novo assunto, relativamente ao Monumento do Homem do Mar. Informou que recebeu um email de um amigo do escultor, dando nota que o monumento estava num estado de degradação iminente, apresentando algumas fissuras, fendas com rachas profundas, estando a armadura de suporte danificada. Não tem conhecimento se a Câmara Municipal recebeu, por parte do escultor, alguma nota relativamente àquele assunto, solicitando que se pudesse fazer a verificação, e referindo que iria encaminhar o email para o senhor Presidente da Câmara. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não lhe chegou nada, e solicitou aos senhores vereadores que, quando tivessem conhecimento das situações, o chamassem à atenção para poderem intervir. Não foi surpresa, todos sabem das debilidades que o monumento tem, que necessita de muita atenção. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que, quando recebeu o email, foi-lhe dito que a Câmara Municipal já tinha sido informada, mas uma vez que não foi, iria tratar de passar de imediato a informação. -----

-Perguntou se a Câmara Municipal teve conhecimento que abriu a loja n.º 13 do mercado municipal, uma vez que a Câmara Municipal deliberou, não só a questão da titularidade, mas, também, o entendimento de que se deveria lançar concurso. O senhor **Presidente da Câmara** disse que teria de ver a deliberação, foi-lhe dito que a senhora tinha a intenção de abrir a loja pelo que, deverá o assunto ser reavaliado. No que diz respeito ao concurso, não irá ser aberto concurso para aquela loja, disse que todo o mercado municipal está em avaliação, e em relação às lojas que estejam fechadas terão que ser tomadas medidas, referindo que tem algumas ideias. Já reuniu com os operadores do mercado, com os técnicos e logo que haja oportunidade iriam apresentar uma proposta. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que, das atas que conseguiu consultar, a Câmara Municipal deliberou tomar a si aquela loja e abrir um concurso, o senhor Presidente disse que a avaliação teria que ser outra, provavelmente, o assunto terá que voltar à Câmara Municipal para se voltar a deliberar, porque se numa semana deliberam uma coisa e na semana seguinte, o senhor Presidente entende outra, não sabe o que estão ali a fazer. O senhor **Presidente da Câmara** referiu que, o que disse foi que não tinha presente a deliberação. Não existe nenhum compromisso em relação às lojas, concretamente à loja n.º 13. Disse que não pretende ultrapassar a câmara, referindo que se devem auscultar uns aos outros, e que não poderão exigir em tão pouco tempo aquilo que não foi resolvido em tantos anos. Disse que, se na deliberação ficou o propósito de se abrir concurso, irão avaliar, pessoalmente, preferia que todas as lojas disponíveis não fossem a concurso, porque a estratégia que a Câmara Municipal deve propor e que deve aprovar tem a ver com a utilização de todos os espaços que existem, libertos e que não estão a ser utilizados, de outra forma. A senhora vereadora **Cristina Leitão** acrescentou, para facilitar a procura, que na reunião de 3 de janeiro de 2018, o ponto 30 da ordem do dia, era a cedência da loja n.º 13, a Câmara Municipal deliberou “*não autorizar a cedência de titularidade da loja do mercado municipal, de*

*Isabel Maria Faustino Pereira de Almeida para Bruno Manuel Sousa Rodrigues, devendo a Câmara Municipal reaver a loja, iniciando um processo de hasta pública, nos termos do regulamento*". O senhor **Presidente da Câmara** perguntou à senhora vereadora Cristina Leitão se achava justo, caso o atual concessionário da loja entendesse que tinha condições, em seu nome, para a colocar a funcionar, que não se possa reabrir aquele processo. Referiu que deveriam ter em conta, que as decisões que forem tomando, futuramente, sejam iguais para toda a gente. A senhora vereadora **Cristina Leitão** disse que a sua pergunta foi exatamente aquela, se a Câmara Municipal tinha conhecimento se a loja n.º 13 estava aberta, e se tinha conhecimento daquela situação, o senhor Presidente da Câmara não respondeu à questão. O senhor **Presidente da Câmara** disse que se soubesse que a loja estava aberta, ou que a senhora tivesse transmitido, formalmente, a decisão de voltar a colocar em funcionamento a loja, obviamente que teria que colocar por escrito, e solicitaria, aos serviços da Divisão de Energia e Ambiente, para avaliar a situação, e se se chegasse à conclusão que a senhora já não tinha direitos sobre a loja, obviamente, que se teria que analisar a situação e, na sua opinião, é uma questão de justiça, se se encontrou outro enquadramento, disse achar que têm o direito de fazer essa avaliação deixando a decisão na Câmara Municipal.-----

**Senhor vereador Filipe Sales:**

-Referiu que a reunião foi iniciada de forma solene, de forma sentida, expressando ali uma homenagem ao senhor Presidente João Augusto Barradas, manifestando à família, as suas sentidas condolências. -----

-Disse que era utilizada muitas vezes a terminologia que, os vereadores tinham mais tempo para preparar as reuniões do que o senhor Presidente, porque tem muito trabalho, mas eles que estão em idade ativa, referindo-se a ele e à vereadora Cristina Leitão, também têm a vida deles e atividade profissional, e para além disso são sozinhos, não têm equipa de apoio, esse tipo de deduções que o senhor Presidente possa fazer, pecam por desconhecimento, não havendo noção daquilo que é o trabalho de vereador de oposição numa câmara como aquela. Disse que o senhor Presidente refere muitas vezes a sua experiência, breve, fugaz, que teve noutra mandato, enquanto vereador de oposição, mas crê que as coisas eram diferentes. Referiu que muitas das vezes, quando colocam ali questões, é-lhes dito que não se pode exigir agora aquilo que não se exigiu nos últimos três anos, e que logo que tenha informação sobre os assuntos, trá-los-á, mas que estão para ser avaliados. Disse que todo aquele enquadramento tem a ver com um conjunto de assuntos que, a si em particular, o preocupam muito, enquanto eleito local, que se prende com os financiamentos comunitários aos projetos que estão em curso, falando, naturalmente, do Centro Cívico Intergeracional, da 2.ª fase do Fosso da Muralha, do Forte de Nossa Senhora da Consolação e nos do âmbito da Câmara Municipal. Referiu que no início do mandato, no mês de novembro de 2017, fizeram uma reunião temática sobre os projetos comunitários, o que estava em curso, mas desde então têm recebido poucas informações sobre os mesmos, e têm conhecimento que existe o risco, desses mesmos terem que ser devolvidos e não serem concretizados esses projetos. Sabem que não vai acontecer porque são questões técnicas, e a Câmara Municipal tem excelentes técnicos, mas seria importante que fosse feito o ponto de situação, referindo ser de muita importância abordar a questão do financiamento da ETAR de forma muito minuciosa. O senhor **Presidente da Câmara** disse que as três principais candidaturas estão em andamento. Em relação ao Centro Escolar de Atougua da Baleia, disse que todos sabiam que a situação tem muito tempo, não sabendo se os senhores vereadores tinham consciência, mas estava-se a executar uma obra que necessitava de alterações ao projeto, e que a candidatura fosse reformulada, tendo sido a primeira preocupação aquando de uma reunião que decorreu em Coimbra. Relativamente às obras para a 2.ª fase do fosso das muralhas, disse que se chegou à conclusão que tinha sido um processo mal encaminhado, que estava em fase de avaliação do júri, que não havia chegado a um consenso e que existia um grande



défi ce de partilha. Deu conta que reuniu com os técnicos municipais, ligados à área de urbanismo e planeamento, e ficou chocado por nunca terem sido ouvidos, tendo recuperado contributos, inclusive, de um inquérito que o Partido Social Democrata fez há muitos anos para o efeito. Disse que foi feito um trabalho exaustivo dessa avaliação, foram tomadas algumas medidas, o júri chegou a conclusões, estando o processo a ser desenvolvido dentro das normas, não havendo mais rapidez por falta de recursos humanos, nomeadamente em relação aos concursos, lançamentos de empreitadas, contratos de execução. Referiu que aqueles três assuntos foram levados à CCDR e à senhora Dr.ª Isabel Damasceno, tendo sido feita uma reunião temática com os técnicos municipais que também estiveram presentes. Em relação ao Centro Cívico Intergeracional, antiga Central Elétrica, disse que todos os vereadores, que estavam no mandato anterior, manifestaram estranheza, quando se falou em poder alterar-se o processo. Para isso, começaram a trabalhar com técnicos, fizeram-se diversas reuniões, existiram um conjunto de opiniões, reuniram com a empresa, e neste momento há uma perspetiva de como poderá ser o projeto, deixando em aberto a utilização de alguns daqueles espaços no futuro. Em relação à alteração, o primeiro propósito, é que se assumam se se quer misturar cultura com a área social. O senhor vereador **Filipe Sales** disse que o assunto a ser presente em reunião de câmara era a apreciação dos esboços preliminares de alteração dos projetos de reabilitação do edifício da antiga central elétrica, não pondo esta questão em causa, referiu, apenas, que não lhes é dada a informação sobre a questão da candidatura. O senhor **Presidente da Câmara** disse que a técnica responsável pela candidatura, iria estar presente na reunião. Referiu que não gostava de assumir compromissos por outras pessoas, mas pelo que estiveram a falar com a empresa, entendem que a perspetiva de alteração do projeto, a ser aceite pela Câmara Municipal, arrancará rapidamente. Em relação à ETAR, disse saber, porque também anda pela rua, que existe o propósito de, se a candidatura falhar, o culpado ser o Presidente, referindo que o que está em causa é uma questão técnica, e que ninguém deseja que corra mal, mas que não achou por bem trazer aquele assunto para uma reunião pública, e para além disso, o senhor vereador poderia ter-lhe perguntado, e, no dia seguinte, na reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, informaria. Disse que as orientações que sempre deu aos Serviços, foi pedir todos os pareceres, contratar todas as equipas para defender aquele concurso, uma vez que se tratava de uma obra de grande importância para o Município de Peniche. Disse que poderiam continuar a dizer o que quisessem, que apenas as propostas efetuadas por si são aprovadas. O senhor vereador **Filipe Sales** disse que o senhor Presidente da Câmara sabia que por sua vontade, que também é um em sete, todas as reuniões seriam públicas, referindo que o senhor Presidente da Câmara referiu, *“ando na rua e sei que há aí gente a fazer figas para que isto corra mal e se correr mal a culpa é minha”*, e caso o senhor Presidente queira disparar em alguma direção, e que ele próprio queira que a coisa corra mal, estava muito equivocado, porque há questões que se sobrepõem às suas posições, há questões muito mais importantes do que as suas estadias ali. Disse que concordava com uma coisa que foi dita, o senhor Presidente chama-se Henrique Bertino e estava ali o Presidente, ele é o Filipe Sales e está ali a vereador, referindo que aqueles lugares não são deles, que estão ali numa missão, num serviço, em que as pessoas passam e as obras ficam, mas que fique bem claro, que não será pelas reuniões serem públicas que as intervenções devem ser inibidas, muito pelo contrário, numa ótica de transparência, todas as reuniões deveriam ser públicas e toda a gente deveria ter acesso a todas as informações e discussões que ali são tidas. -----

- Referiu questões relacionadas com o autocaravanismo, que se tem assistido ao longo dos últimos anos, e que não se veem sinais de franca melhoria, nomeadamente na zona das Arribas e na zona envolvente do Fosso da Muralha. Disse que há uns meses, apresentaram uma proposta que visava a contenção do estacionamento das autocaravanas na zona envolvente ao Fosso da Muralha, e falavam de barreiras físicas que impedissem as autocaravanas de ali entrar, a proposta não foi entendida como boa pela anterior Presidência, mas era muito importante que se percebesse a

gravidade daquela situação, até por uma questão de saúde pública, que se prende com as próprias águas do Fosso. O senhor **Presidente da Câmara** disse que seria uma situação para se avaliar, verificar que medidas que podem ser tomadas. Referiu que a situação não era fácil, nunca referiu que seria um iluminado, que chegaria e resolvia tudo. Disse que estava tudo por fazer, o Município bateu no fundo, em alguns aspetos, no que diz respeito aos recursos humanos do município, há setores que estão muito mal organizados, foram tomadas decisões por si, duras, sempre com o propósito de melhorar os serviços. Disse que todas as decisões que for tomando, em relação às mudanças que a Câmara Municipal precisa, têm um objetivo, melhorar significativamente a sua funcionalidade, criar melhores condições para quem queira ali trabalhar, porque quem, dentro da Câmara Municipal, entender que não será aquele o contexto e não pretender colaborar, paciência, terão que passar à frente, têm é que procurar um melhor serviço para o Município. O senhor vereador **Filipe Sales** disse que o senhor Presidente da Câmara fez um conjunto de considerações, mas que não foi capaz de responder concretamente à questão que colocou. -----

-Relativamente ao regulamento municipal, dos horários dos estabelecimentos comerciais, com a alteração da Lei, com o licenciamento zero, os estabelecimentos passaram a estar isentos de horário, apenas com a obrigatoriedade de fixação de um horário visível, mas os municípios poderiam decretar horários de encerramento. Deu conta de algumas informações que lhe chegaram, de zonas residenciais, onde são desenvolvidas aquelas atividades económicas, e que o ruído provocado prejudica quem ali pretende repousar. Perguntou se a questão já foi avaliada, no sentido de criar uma regulamentação própria, em que em algumas zonas sejam decretados horários de funcionamento mais contidos. O senhor **Presidente da Câmara** disse que iria avaliar, dando conta que quase todos os regulamentos estão para ser analisados, havendo, da parte de todos, essa consciência, mas que iriam procurar, com tempo, com a colaboração de todos, da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, dos munícipes, alguma participação. -----

**Senhor vereador Jorge Gonçalves:**

-Associou-se aos votos de pesar, relativamente ao falecimento do Presidente, senhor João Augusto Barradas.-----

-Disse que, no dia 4 de dezembro de 2017, colocou várias questões, tais como: qual o ponto de situação, relativamente ao processo do quadro comunitário de apoio, Portugal 2020, tendo o senhor Presidente da Câmara sugerido que o assunto fosse agendado com a maior brevidade possível, e passaram 2 meses, e ainda não se discutiu o assunto; perguntou, também, sobre o parque de estacionamento da Gambôa, das dificuldades existentes, pelo facto de se encontrar uma oficina automóvel, trazendo problemas com camiões naquele espaço, tendo ficado de se fazer uma verificação ao local; questionou, também, como se encontrava o estacionamento público subterrâneo em frente ao Pingo Doce, não tendo, ainda, obtido resposta relativamente a este assunto, a Câmara Municipal já fez a receção provisória, definitiva, qual o ponto da situação, o condomínio já fez alguma proposta à Câmara Municipal relativamente à utilização daquele espaço, o que é que a Câmara Municipal quer fazer daquele espaço. O senhor **Presidente da Câmara** disse que uma grande parte do envolvimento e da responsabilidade das obras financiadas depende, apenas, de uma pessoa, que como se sabe, é a Engenheira Florinda Monteiro, sendo esse o problema. Disse que, em tempo oportuno, iria tentar ultrapassar, sendo a perspetiva preparar a Câmara Municipal para funcionar de uma forma diferente em relação ao próximo quadro comunitário de apoio. Em relação à Gambôa, disse ter ido ao local, pretende reunir com empresários e levar o assunto à Comissão Municipal de Trânsito. Relativamente ao estacionamento do Pingo Doce, disse que teria de solicitar aos serviços que reabrissem aquele processo, para se avaliar.-----

-Referiu que no dia 11 de dezembro de 2017, estava prevista uma vista à Fortaleza de Peniche, e não se tendo realizado, solicitou que a mesma fosse agendada. O senhor **Presidente da Câmara**

disse que se poderia ir à Fortaleza de Peniche quando se entender, mas que se poderia aguardar o desenvolvimento da reunião que se iria realizar na próxima sexta-feira. -----

-Relativamente à reunião ocorrida, no dia 23 de janeiro de 2018, no mercado municipal, solicitou uma informação sobre o que se passou. O senhor **Presidente da Câmara** disse que foi apenas uma auscultação, tendo estado presentes dois técnicos municipais da Divisão de Energia e Ambiente, mas o objetivo seria começar a verificar o que se fazer. Deu conta de que foram feitas poucas propostas em relação à funcionalidade e à alteração substancial no mercado, tendo-se falado mais no mercado abastecedor e da preocupação de como o mesmo funcionava. -----

-Disse que já tinha levantado a questão de se fazer uma reunião relativamente à questão do Plano Diretor Municipal (PDM), tendo sido referido, em reuniões anteriores, que a mesma seria realizada naquele dia, com a presença do professor Jorge Carvalho, não tendo acontecido, e perguntou em que situação se encontra a proposta que, em tempos, foi feita no sentido de existir uma comissão local de acompanhamento para a revisão do PDM. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, naquela reunião, o professor Jorge Carvalho e o Arq.º Gil Ribeiro iriam estar presentes. Em relação à proposta de uma comissão de acompanhamento do PDM, disse achar que, nesta fase, o melhor caminho seria fazer o que estava previsto, porque, entretanto, têm cinquenta comissões, reconhecendo que o PDM é um instrumento fundamental para o desenvolvimento do concelho. Deu conta que o propósito seria permitir contacto com as propostas, com os estudos que estavam a ser feitos, com as avaliações, com aquela equipa, com os autarcas, referindo que, no dia 15 de fevereiro, reuniria com Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia, Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Técnicos Municipais, mas que, neste momento, é concentrarem-se na Freguesia de Atouguia da Baleia, posteriormente, terão oportunidade para trabalhar outros aspetos dos trabalhos já executados. Disse que, logo que haja oportunidade, pretendem envolver a população, individualmente, por cada freguesia. -----

-Em relação à Fortaleza de Peniche, disse saber que houve um despacho do senhor Ministro da Cultura, em relação à comissão que vai acompanhar a instalação do museu nacional, relativamente aos conteúdos, mas não deixa de ser importante do ponto de vista local, que exista também uma comissão local de acompanhamento, chamando à atenção para a necessidade de se definir a sua composição e a forma de integração das pessoas nessa comissão. O senhor **Presidente da Câmara** disse que achava que o que tinham perspectivado, seria a criação de uma comissão municipal, para poderem começar a trabalhar, com o propósito de um museu nacional. Disse que não escondeu que, com ele próprio, na comissão de acompanhamento do museu municipal, não havendo alguém do concelho, indicado pela Câmara Municipal, preferia ser acompanhado pelo Dr. Rui Venâncio.

-Disse que, em relação ao carnaval, a segurança e o folheto distribuído, e na altura que a questão foi levantada, na sequência do que aconteceu em Tondela, sugeriu que se fizesse um trabalho pedagógico relativamente aos locais mais críticos durante os eventos. Perguntou se a proteção civil Municipal fez uma visita aos estabelecimentos, não se limitando a distribuir um folheto, mas também a dar algumas instruções relativamente a algumas situações que existam. Deu exemplo de um estabelecimento comercial, com muita dificuldade de circulação, naquela altura do ano, havendo apenas uma porta de entrada e saída, e havendo permissão para se fumar. Perguntou se não seria de aconselhar o proprietário do estabelecimento que uma das medidas a tomar é não se poder fumar dentro do estabelecimento, porque reduziria o risco de incêndio. O senhor **Presidente da Câmara** deu conta que, na conversa que teve com o Comandante da Proteção Civil, colocou-lhe algumas questões associadas a esta abordagem, e alertou que, se fossem muito rígidos, a maioria dos estabelecimentos teriam de encerrar. Deu conta que foi dito no Conselho Municipal de Segurança que iriam ter que fazer, logo que seja possível, avaliações e inspeções a todos os estabelecimentos. -----

-Relativamente ao assunto, já colocado pelo senhor vereador Filipe Sales, sobre o regulamento municipal dos horários dos estabelecimentos comerciais, uma vez que, naquela altura do ano se

criam mais problemas, dando conta que o senhor Presidente da Câmara disse que qualquer um poderia dar o seu contributo para aquele regulamento, mas a proposta de regulamento já esteve na Câmara Municipal há mais de um ano, tendo sido retirada e não voltou. Perguntou se aquela proposta de regulamento está em condições de ser distribuída novamente à Câmara Municipal, e aí, com base nessa proposta, os membros da Câmara Municipal promovam as propostas necessárias para a sua alteração. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, uma das razões para se ter feito um novo contrato com a Dr.<sup>a</sup> Ana Cláudia Guedes foi este regulamento, bem como outros processos. Referiu que, logo que exista a possibilidade de o fazer, inclusive com a colaboração da Assembleia Municipal, terão que analisar todos os regulamentos. -----

-Em relação à ETAR, disse ser evidente que o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento era composto por três elementos, a Câmara Municipal tem sete, ficando quatro elementos de fora, referindo que a ETAR era um problema complexo, até pela importância que tinha na cidade, e em termos da candidatura e dos valores envolvidos, e sugeriu que, após a reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, se fizesse uma informação atualizada para ser disponibilizada à Câmara Municipal. O senhor **Presidente da Câmara** disse que estava completamente de acordo em fornecer todas as informações à Câmara Municipal. -----

-Relativamente à loja n.º 13 do mercado municipal, disse ter percebido que, quem pediu autorização para ceder a loja a um terceiro por não ter condições para a utilizar, achou que, agora, reúne condições e reabriu a loja. O senhor **Presidente da Câmara** disse que iria avaliar. -----

-Solicitou que, quem envia assuntos por email, que enviassem para os dois emails que dispõem. -

#### **O senhor vereador Rogério Cação:**

-Associou-se ao sentimento de pesar, pelo falecimento do senhor Presidente João Augusto Barradas, tendo tido o privilégio de ser vereador numa Câmara Municipal presidida por ele, no mandato de 1986-1990, guardará uma imagem de um homem extremamente tolerante, empenhado, honesto e humano, tendo sem dúvida perdido um amigo. -----

-Relativamente à questão da ETAR, concordou que a informação seja partilhada, uma vez que, por vezes, são surpreendidos com questões que desconhecem. -----

-Referiu que todos tinham problemas com a falta de tempo, percebendo o facto de o senhor Presidente da Câmara pronunciar diversas vezes essa situação. -----

-Relativamente à segurança, deu conta que tem particular preocupação pelas coletividades do concelho, referindo que esteve em contacto com o senhor Presidente da Confederação das Coletividades de Recreio e Desporto, que está a desenvolver um trabalho sobre aquela matéria, conjuntamente com a Proteção Civil, tendo-se disponibilizado, para se necessário, deslocar-se a Peniche para uma ação de sensibilização com os dirigentes das coletividades. -----

-Relembrou sobre a urgência de redefinição das ARU, particularmente, tendo em conta aquilo que será o potencial aproveitamento das verbas dos IFFRU. -----

-Em relação às reuniões serem ou não públicas, disse que achava que se perderia alguma eficácia, caso fossem todas públicas, mas que se devem tornar públicas todas as decisões, garantindo a participação das pessoas. -----

-Relativamente ao museu e à comissão de acompanhamento, disse que veria com bons olhos a existência de um grupo de trabalho para pensar na museografia em Peniche. O senhor **Presidente da Câmara** disse que se deveria aceitar ideias, no sentido de se enriquecer o debate. -----

-Saudou o esforço que foi feito para que as atas ficassem prontas. -----

-Disse que não estava incomodado com o que se fazia, mas com o que não se fazia, ou que se fazia mal feito, porque pensa, e subscreve o que foi dito pelo senhor vereador Filipe Sales, que todos ganham quando as coisas funcionam bem. -----

-Referiu que havia uma coisa que acontecia frequentemente, que era fazer-se obras no pavimento e não se deixar as coisas minimamente arranjadas, dando como exemplo, a zona do Quebrado, onde existem muitos rebaixamentos, sugerindo que se tenha mais cautela e mais fiscalização se possível. O senhor **Presidente da Câmara** disse que, logo que o tempo melhore, em alguns rebaixamentos que não foram arranjados, iria programar uma intervenção que irá levar algum tempo para melhorar o piso. -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

#### DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

**1) Pedido de informação sobre a viabilidade de construção de um edifício de habitação, comércio e/ou serviços, sito na Rua 1.º de Maio, em Ferrel, apresentado em nome de António Alves Ribeiro - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:**-----

**Deliberação n.º 170/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 30 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Emitir parecer favorável, ao abrigo do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), para o pedido de informação prévia, apresentado em nome de António Alves Ribeiro, em 11 de dezembro de 2017, sobre a viabilidade de construção de um edifício de habitação, comércio e/ou serviços, para o prédio sito na Rua 1.º de Maio, em Ferrel, nas condições constantes na informação da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datada de 24 de janeiro de 2018, ficando o projeto a apresentar sujeito ao regime de licenciamento administrativo, nos termos do RJUE.» (Doc.136 DPGU R1263/17)-----

**2) Pedido de licenciamento para construção de armazém agrícola, sito na Rua El Rei D. Dinis, em Geraldês, apresentado em nome de Clara Isabel Pereira Pinto - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:**-----

**Deliberação n.º 171/2018:** Foi presente a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 31 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Emitir decisão sobre o pedido de licenciamento para construção de armazém agrícola, apresentado em nome de Clara Isabel Pereira Pinto, no dia 14 de janeiro de 2016, a implantar no prédio sito na Rua El Rei D. Dinis, na localidade de Geraldês, freguesia de Atouguia da Baleia, tendo em conta o parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 26 de janeiro de 2018.»-----

Deliberado manter a decisão da deliberação n.º 644/2016, de 09 de maio, conforme consta na informação do Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datada de 5 de maio de 2016. (DPGU 8/16)-----

**3) Pedido de licenciamento para demolição de edifício existente e construção de moradia unifamiliar com 3 pisos, sito na Rua da Saudade, n.º 6, em Peniche, apresentado em nome de Luís António Fidalgo Tormenta - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:**-----

**Deliberação n.º 172/2018:** Deliberado agendar o assunto para a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, dia 5 de fevereiro, no sentido de se fazer uma visita ao local, pelas 14h30.

(DPGU 115/16)-----

A senhora vereador **Cristina Leitão** disse que, relativamente àquele processo, no passado, já tinha efetuado alguns pedidos, mantendo algumas dúvidas, porque o processo iniciou com parecer favorável dos serviços para que a Câmara Municipal aprovasse o projeto e, a certa altura, foi retirado e, quando voltou à reunião de Câmara, trouxe novos termos, dizendo que havia violação do PDM, da forma como era apresentado. Por outro lado, as questões levantadas pelo requerente, na audiência de interessados, também já tinham sido levantadas pelo Partido Social Democrata, e por isso, tinham, na altura, solicitado um esclarecimento à Dr.<sup>a</sup> Fernanda Paula Oliveira, e não tendo sido satisfeitas as dúvidas, solicitaram também que outras entidades se pronunciassem sobre a matéria técnica do projeto de arquitetura, continuando a ver o processo com as mesmas informações, ou seja, os serviços ainda não conseguiram dizer claramente de que forma é que viola o PDM. Disse estar ali como vereadora e não para dar pareceres técnicos mas é-lhe difícil aceitar o parecer dos serviços no sentido que já tinha sido favorável e depois desfavorável. Disse que sentia muitas dúvidas e por isso entendem que outras entidades se deveriam pronunciar para ajudar os membros da Câmara Municipal a tomar a decisão certa. Referiu que não colocou em causa os pareceres, conhece os pareceres do Arq.<sup>o</sup> Ribeiro Gonçalves, sabe que sempre foi muito rigoroso nas apreciações técnicas, a questão foi que os serviços fizeram um entendimento que contesta. Disse que, com aquele parecer, seria difícil para qualquer membro da Câmara Municipal votar favoravelmente. Por outro lado, referiu a questão da reabilitação urbana, entendendo que seria desígnio, dos próximos, reabilitar os centros históricos, havendo necessidade de abertura para que aquilo aconteça, cumprindo as regras. Solicitou que fossem feitas avaliações a todos os prédios e de todos os processos e se verificasse que soluções existem para que o PDM seja possível, propondo que se fosse ao local. O senhor vereador **Rogério Cação** disse que era sensível àqueles argumentos, e tudo o que diga respeita à regeneração urbana faz-lhe sentido que não se tomem decisões avulsas e que se tenha em conta aquilo que seriam as decisões globais a tomar. Disse que se deveria refletir melhor, antes de tomar uma decisão definitiva. O senhor vereador **Jorge Gonçalves** disse que já tinha havido muitas discussões sobre aquele processo, e que, em 24 de outubro de 2016, foi emitido um parecer pelos serviços em que não era clara a sua interpretação relativamente à violação do PDM. Referiu que quando os pareceres técnicos referem situações que violem o PDM, ninguém na Câmara Municipal poderia votar em sentido contrário, porque uma das consequências seria a perda de mandato. Referiu que o parecer emitido pela Dr.<sup>a</sup> Fernanda Paula Oliveira é elaborado em função dos elementos que lhe são enviados pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística. Disse que, ao analisar o processo, estranhou que, em relação à exposição efetuada pelo município, não houvesse nenhuma análise. Disse que se deveria ter uma informação da exposição apresentada pelo município, para retirar todas as dúvidas existentes, corroborando a proposta, de que a Câmara Municipal possa deslocar-se ao local e *in loco* verificar a situação. O senhor **Presidente da Câmara** propôs que na reunião de Câmara de 14 de fevereiro, pelas catorze horas e trinta minutos, irem ao local, o que foi aceite. -----

**4) Pedido de licenciamento para alteração de garagem, sita na Rua Alexandre Herculano, em Peniche, apresentado em nome de Auto-Central de Peniche, L<sup>da</sup>. - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:** -----

**Deliberação n.º 173/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 14 de dezembro de 2017, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para alterações de garagem, sita na Rua Alexandre Herculano, em Peniche, apresentado em nome de Auto-Central de Peniche, Lda., no dia 21 de setembro de 2017, nas condições do parecer da

*Divisão de Gestão Urbanística e Ordenamento (DPGU), datado de 13 de dezembro de 2017. Os Projetos de especialidades deverão ser apresentados no prazo de 6 meses, conforme dispõe o n.º 4, do artigo 20.º, do diploma acima referido.» (Doc.137 DPGU 164/17)-----*

**5) Pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da Lic.ª 13/16, sita na Avenida do Mar, nos Casais do Baleal, apresentado em nome de Álvaro da Conceição Oliveira - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----**

**Deliberação n.º 174/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 30 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

*«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da Lic.ª 13/16, para o prédio sito na Avenida do Mar, em Casais do Baleal, apresentado em nome de Álvaro da Conceição Oliveira, no dia 27 de novembro de 2017, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 24 de janeiro de 2018.» (Doc.138 DPGU 201/17)-----*

**6) Pedido de licenciamento para demolição total do existente e construção de prédio destinado a comércio e/ou serviços, sito no Largo da Nossa Senhora da Conceição, n.º 23, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Paulo Jorge Ferreira Santos – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----**

**Deliberação n.º 175/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 31 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

*«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para demolição total do existente e construção de edifício destinado a comércio e/ou serviços, a implantar no Largo da Nossa Senhora da Conceição, n.º 23, lugar e freguesia de Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Paulo Jorge Ferreira Santos, no dia 13 de dezembro de 2017, nas condições do parecer da Divisão de Gestão Urbanística e Ordenamento (DPGU), datado de 30 de janeiro de 2018. Os Projetos de especialidades deverão ser apresentados no prazo de 6 meses, conforme dispõe o n.º 4, do artigo 20.º, do diploma acima referido.» (Doc.139 DPGU 212/17)*

**7) Execução de passadeira na Rua Frei João da Santíssima Trindade, em Geraldês - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----**

**Deliberação n.º 176/2018:** Deliberado voltar a apreciar a proposta do senhor Presidente da Câmara, de 31 de janeiro de 2018, referente à execução de passadeira na Rua Frei João da Santíssima Trindade, em Geraldês, na próxima reunião de Câmara. (DOM/DPGU)-----

**8) Proposta para execução de edifício de apoio (abrigo para funcionário), sito na Rua das Galhetas, na Prageira, em Peniche apresentado em nome de ECOCENTRO - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----**

**Deliberação n.º 177/2018:** Foi presente a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 31 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

*«Apreciar e emitir decisão sobre a proposta elaborada pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística – Estudos e Projetos (DPGU-EP), datada de 23 de janeiro de 2018, para execução de pequeno edifício de apoio ao Ecocentro da Prageira, para abrigo de funcionário, na Rua das*

*Galhetas, em Peniche, tendo em conta o parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datado de 24 de janeiro de 2018.» -----  
Deliberado aprovar a proposta. (DPGU-EP)-----*

**9) Concurso público para elaboração dos projetos da 2.ª fase de requalificação do fosso das muralhas de Peniche e zona envolvente – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----**

**Deliberação n.º 178/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 30 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

*«Propõe-se à Exma. Câmara Municipal que, ao abrigo das competências estabelecidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos números 1 do artigo 76.º e 4 do artigo 148.º, ambos do CCP, delibere aprovar todas as propostas constantes do Relatório Final de análise das propostas, datado de 24 de janeiro de 2018 e anexo, nomeadamente:*

- 1) Excluir a proposta do concorrente n.º 1, com os fundamentos constantes do Relatório Preliminar;*
- 2) Aprovar a lista de classificação e ordenação finais das propostas, constantes do Relatório Preliminar;*
- 3) Adjudicar os projetos ao concorrente n.º 2 - Cândido Chuva Gomes, Arquitetos Lda., pelo valor global de €108 000,00 (cento e oito mil euros), a acrescer do IVA à taxa legal em vigor, e nas condições das peças do concurso, da proposta do concorrente e da avaliação efetuada pelo Júri e constante do presente relatório, por ter concluído que é a proposta mais vantajosa para o Município de Peniche.» (Doc.140 DPGU 20/2017-Aprov.)-----*

O senhor Presidente da Câmara, e os senhores vereadores do Partido Social Democrata, do Partido Socialista e da Coligação Democrática Unitária informaram que iriam entregar declaração de voto sobre este assunto. -----

A **Senhora Florinda Monteiro**, Engenheira Técnica Civil da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística fez uma apresentação sobre o concurso público para elaboração dos projetos da 2.ª fase de requalificação do fosso das muralhas e zona envolvente.-----

O senhor vereador **Filipe Sales** disse que esteve, de forma muito breve, a analisar o que tinha sido discutido naquele tema, no dia 14 de novembro de 2017, e dizia o seguinte: “A Câmara Municipal tomou conhecimento do ponto de situação do concurso público para aquisição de serviços para elaboração dos projetos da 2.ª Fase de requalificação do fosso das muralhas de Peniche e zona envolvente, e dos contributos entretanto recolhidos e deliberou que, cada vereador dê a sua opinião sobre o rumo a tomar, com vista à obtenção de um alargado consenso sobre esta matéria. A senhora Florinda Monteiro, Engenheira Técnica Civil da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, fez uma apresentação sobre o ponto de situação do Concurso público. O senhor Presidente da Câmara deu conta de uma reunião, que resultou num conjunto de contributos. Concluiu que existem duas possibilidades, anular o concurso indemnizando os concorrentes ou admitir apenas um ou dois concorrentes, e tentar melhorar a proposta com alguns contributos.”

Perguntou se o que lhes foi transmitido ali seria uma versão melhorada do apresentado anteriormente. O senhor **Presidente da Câmara** disse que após ter sido debatido entre o júri, chegaram à conclusão que seria um risco anular o concurso, e uma vez que o processo estava feito, a melhor forma de o tratar seria, após a adjudicação, a Câmara Municipal, os técnicos e talvez uma sessão pública, se possa sensibilizar a empresa no sentido de aceitar algumas das propostas apresentadas. O senhor vereador **Filipe Sales** disse que poderia ter tido uma interpretação errática. Referiu que fazia, no dia seguinte, três meses que houve aquela reunião de Câmara dedicada àquele assunto, não havendo a hipótese de o concurso ficar deserto, uma vez que tinham um ou dois concorrentes que teriam que ser admitidos, mas a qualidade técnica das intervenções preconizadas,



era pobre, e foi dito, e pode ter havido má interpretação sobre o assunto, mas ficou com a ideia, que iria ser feita uma sensibilização no sentido de ser adjudicado mas que os trabalhos não iriam ser feitos nos termos propostos, porque a ideia que tem é que seria mais difícil depois da adjudicação haver uma condescendência da parte da empresa. Perguntou o que já foi feito junto da empresa naquele sentido. O senhor **Presidente da Câmara** disse que aquele caminho nunca poderia ser desenvolvido com uma empresa sem haver uma decisão em relação ao concurso. Referiu que o concurso tinha regras e que, face a essas regras, os técnicos propuseram uma determinada decisão por unanimidade. O senhor vereador **Jorge Gonçalves** disse que tinha duas preocupações, a primeira, e já tinha falado do assunto no mandato anterior, achava que aquilo se devia conduzir a um projeto de execução para todo o espaço adjacente ao fosso e não por parte, tendo ficado muito preocupado, na reunião em que participou no auditório do edifício cultural, no início do mandato, em que relativamente àquela matéria se punha uma decisão que estava tomada que era a exclusão dos concorrentes, a hipótese muito provável da exclusão do segundo e a proposta que ficava das três também não tinha qualidade para a Câmara Municipal avançar. Perguntou o que se alterou do ponto de vista da qualidade da proposta, recordando que foi dito que não era exequível o que estava a ser proposto por parte do concorrente. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não acompanhou o processo, mas o que se alterou foi a avaliação do júri que tomou uma decisão após algumas reuniões de trabalho, e alterou-se, no seu ponto de vista, a tomada de consciência que o tempo voa e que seria um grande risco lançar novo concurso. Disse que todos gostariam, inclusivamente os técnicos, que fosse anulado e que o caminho pudesse ser outro. A senhora vereadora **Cristina Leitão** lembrou que também gostaria, referindo que se absteve na votação daquele concurso precisamente porque, já na altura, consideravam que, a forma como estavam a fazer o lançamento do concurso, iria suscitar dúvidas, que tinham a ver com a questão das propostas, tendo na altura levantado a questão, assim como a senhora Célia Martins, membro da Assembleia Municipal, numa reunião com o professor Jorge Carvalho, e foi-lhes dito que não tinham razão, que seria possível alterar depois quando o processo estivesse adjudicado, que a empresa fosse levada a fazer uma proposta que a Câmara Municipal entendesse ser a proposta, estando referenciado em ata, o que lamenta é que, tal como o senhor Presidente da Câmara disse que não sabia muito daquilo, ela própria, também não sabia muito daquilo, mas o facto de se terem absterido foi porque não queriam impedir que o processo fosse adiante, porque era o fosso da muralha, mas sabiam que poderia não correr bem. Referiu que se os técnicos lhes dizem que não se pode anular o concurso, porque se corre o risco de não se arrecadar o financiamento, fica preocupada, porque passados que estão três meses, sabem que, se não tomarem uma decisão, mais uma vez, sob pressão, poderá estar em causa o financiamento. Referiu que o projeto tem todo o mérito, quer artístico, quer paisagístico, mas que se recordava que os proponentes estavam fora de Peniche, que não conhecem a realidade. Disse que não sabia que atitude tomar, achando que o concorrente pode dizer que não altera nada e a Câmara Municipal pode, com aquilo que ele propõe, não conseguir sequer executar. O senhor **Presidente da Câmara** disse que caso fosse possível, os sete membros da Câmara Municipal anulariam o concurso, começando de novo, com uma forma participada, com outras condições. Referiu que, caso todos quisessem votar contra, votariam contra, mas que teria que se assumir. O senhor vereador **Jorge Gonçalves** disse que aquela era muita matéria que não lhe pesava a consciência, porque desde o início do mandato anterior que chamou a atenção para a necessidade daquele projeto, e leu uma intervenção de 27 de maio de 2015, *“O senhor vereador Jorge Gonçalves referiu a 2.ª fase do Fosso da Muralha e os 4 milhões gastos com a 1.ª fase que, até à data, não apresentam qualquer rentabilidade, dizendo que, para as pessoas de Peniche, foi uma desilusão, uma vez que o fosso, na prática, é hoje aquilo que era antes da intervenção. Esclareceu que a 2.ª fase do Fosso da Muralha é fundamental, independentemente da participação ou não da Docapesca na obra, e que é necessário ter um projeto para que se possa avançar em termos de candidatura”*, e em 30 de maio de 2016,

“Lembrou que o senhor Presidente da Câmara, por altura da campanha eleitoral, fez uma declaração pública, no jornal *A Voz do Mar*, onde referiu que o projeto da segunda fase da reabilitação do fosso da muralha de Peniche era para ser lançado no início de 2014, mas tudo está como estava então, pelo que gostaria de saber se existe alguma estratégia ou calendário sobre esta matéria. O senhor Presidente da Câmara informou que solicitou ao professor Jorge Carvalho a elaboração de um caderno de encargos para a segunda fase da reabilitação do fosso da muralha.” Disse que, se o senhor Presidente da Câmara dissesse que todos gostariam de anular o concurso, provavelmente seria preferível indemnizar os concorrentes e perder os 126 mil euros, do que fazer-se uma asneira. Deu conta que também tinha dito ao professor Jorge Carvalho, quando o mesmo lhe disse que o projeto seria feito no prazo de 12 meses, 36 meses, e se assim fosse a Câmara Municipal perderia o dinheiro. O senhor **Presidente da Câmara** disse que era lamentável que aquilo tivesse acontecido, mas que existe uma circunstância, ou aprovam aquela adjudicação e procuram influenciar a empresa que irá trabalhar no projeto para o melhorar, convidando-os a vir à reunião de Câmara manifestando a opinião de todos, ou anulam e dizem que têm que os indemnizar, e assumem que perderam a candidatura. -----

**10) Concurso público para empreitada de requalificação dos espaços exteriores envolventes a quatro bairros sociais: Calvário, Coosofi, Fernão Magalhães e Valeverde - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:**-----

**Deliberação n.º 179/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 30 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Propõe-se à Exma. Câmara Municipal que, ao abrigo das competências estabelecidas na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e nos números 1 do artigo 76.º e 4 do artigo 148.º, ambos do CCP, delibere aprovar todas as propostas constantes do Relatório Final de análise das propostas, em anexo, nomeadamente:

4) Adjudicar a empreitada ao concorrente n.º 4 – Manuel Pedro de Sousa & Filhos, Lda, pelo valor global de 739 232,71 € (setecentos e trinta e nove mil, duzentos e trinta e dois euros e setenta e um cêntimos), a acrescer do IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta mais vantajosa para o Município de Peniche;

5) Excluir as propostas dos concorrentes números 1, 2, 3, 5, 6 e 7, com os fundamentos referidos no Relatório Preliminar.» (Doc.141 DPGU 211.A/OM) -----

**11) Reabilitação do edifício da antiga central elétrica, esboços de alteração dos projetos para apreciação - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:**-----

**Deliberação n.º 180/2018:** Deliberado aprovar os esboços preliminares de alteração dos projetos para reabilitação do edifício da antiga central elétrica, considerando as premissas indicadas na informação da DPGU, datada de 2018/01/29. (DPGU 74/16-Aprov. e 80/16-Aprov.)-----

A **Senhora Florinda Monteiro**, Engenheira Técnica Civil da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística fez uma apresentação das alterações dos projetos para reabilitação do edifício da antiga central elétrica. -----

**12) Exposição sobre o pedido de licenciamento para alterações de fachada em edifício destinado a comércio, sito na Praça Jacob Rodrigues Pereira, n.º 10, em Peniche, apresentado em nome de Henrique Bernardino Nunes – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:**-----

**Deliberação n.º 181/2018:** Deliberado concordar com os argumentos aduzidos pelo requerente. (DPGU 3/16)-----

**13) Plano de alinhamentos do traçado viário da Estrada dos Remédios – Pelouro do**

**Planeamento e Urbanismo:**-----

**Deliberação n.º 182/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o plano de alinhamentos, elaborado, em 22 de janeiro de 2018, pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística – Estudos e Projetos, tendo em conta o parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 24 de janeiro de 2018.» (Doc.142 DPGU-EP) -----

**14) Projeto de construção de edificações – Fornos Romanos do Murraçal da Ajuda – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:**-----

**Deliberação n.º 183/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 01 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto das edificações de proteção aos fornos romanos 1 e 3, do Sítio arqueológico do Morraçal da Ajuda, em Peniche, elaborado em 31 de janeiro de 2018, pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística – Estudos e Projetos.» (Doc.143 DPGU-EP)-----

As senhoras **Etelvina Alves**, Técnica Superior da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística e **Ana Carriço**, Arquiteta Paisagista da Divisão de Energia e Ambiente, e o senhor **Rui Venâncio**, Técnico Superior de Arqueologia, fizeram uma apresentação do projeto de construção de edificações nos Fornos Romanos do Murraçal da Ajuda. -----

A senhora vereadora **Cristina Leitão** referiu que não conhecia em detalhe aquele projeto e perguntou porque é que em 2011 a Câmara Municipal considerou envolver os fornos com um edifício e não considerou fazer um sítio museológico com uma redoma de vidro e um jardim. Referiu que tinham ali uma oportunidade que não se deveria desperdiçar, e do ponto de vista do projeto, disse que os técnicos sabiam dar uso aos materiais, deixando-a sensibilizada. O Dr. **Rui Venâncio** disse que originalmente, quando os trabalhos arqueológicos iniciaram, foi-lhes informado que aqueles fornos tinham uma cobertura metálica, mas depois constataram que as placas de zinco, que estavam por cima, voavam, daí a necessidade de existência de cobertura. O senhor vereador **Rogério Cação** agradeceu a explicação dada. Relativamente aos acessos, perguntou se estaria garantido a não existência de obstáculos. A Arq.<sup>a</sup> **Ana Carriço** disse que as acessibilidades era garantida a todas as pessoas, entre os dois edifícios, mas que seria impossível voltar para trás. -----

#### OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE:

**15) Ocupação de espaço público com uma banca para a realização de peditório para angariação de fundos, em Peniche, requerida pela Renascer - Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, com isenção de taxas – Pelouro da Administração Geral:**

**Deliberação n.º 184/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 01 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Atendendo ao solicitado pela Renascer - Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultural, por email, datado de 25 de janeiro de 2018, e considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, datada de 31 de janeiro de 2018, proponho que se autorize a realização do solicitado peditório, nos termos da alínea d), do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei 87/99, de 19 de março, bem como a ocupação do espaço público, nos termos dos artigos 22.º e 84.º do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público, para a realização da solicitada ação, na Praça Jacob Rodrigues Pereira, nesta cidade, nos dias 9 e 10

de Abril, 30 de maio e 1 de junho de 2018.

Atendendo, ainda, à solicitação de isenção de taxas, e considerando que se trata de um evento de manifesto interesse municipal, proponho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município, isentar a Associação Renascer do pagamento de taxas pelos licenciamentos solicitados.

Taxa: € 31,10 - Art.º 40.º alínea e)-Campanhas de sensibilização ou similares.» (Doc.144 NIPG 1414/18)-----

#### DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:

**16) Auto de receção definitiva da empreitada de Construção do Parque Urbano da Avenida Monsenhor Bastos e reabilitação da zona da Prageira, em Peniche – 1ª fase”, espaços verdes (Proc. 945.A/DOM) – Pelouro das Obras Municipais:**-----

**Deliberação n.º 185/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 26 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Para efeitos de receção definitiva da obra de Construção do Parque Urbano da Avenida Monsenhor de Bastos e Reabilitação da Zona da Prageira 1ª Fase Espaços Verdes em Peniche e nos termos do no n.º 1 do artigo 398.º e no n.º 1 do artigo 394.º do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, proponho que a Câmara homologue o auto de vistoria em anexo e autorize a libertação das cauções existentes para garantia da boa execução da empreitada.» (Doc.145 NIPG 7865/15)-----

**17) Incumprimento do prazo da empreitada “Reabilitação de 18 fogos do Bairro do Calvário”, em Peniche (Proc. 443.B/DOM) – Pelouro das Obras Municipais:**-----

**Deliberação n.º 186/2018:** Deliberado retirar da ordem do dia a proposta relativa ao incumprimento do prazo da empreitada “Reabilitação de 18 fogos do Bairro do Calvário”, em Peniche, para que os serviços reapreciem o processo no sentido de melhorar a informação para decisão (Proc. 443.B/DOM). (NIPG 1711/18)-----

#### PROTOSCOLOS:

**18) Protocolo para a realização de Formação Prática em Contexto de Trabalho - Curso de Empregado (a) de Andares - Cercipeniche - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL:**-----

**Deliberação n.º 187/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 01 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Atendendo ao solicitado pela Cercipeniche – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados e à informação dos Serviços de 29 de janeiro, proponho, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove o texto do protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a Cercipeniche em anexo, que tem por objeto a realização de Formação Prática em Contexto de Trabalho – Curso de Empregado (a) de Andares.» (Doc.146 NIPG 1327/18)-----

**19) Candidaturas GAL Pesca Oeste: “Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos” – musealização do Sítio Arqueológico do Murraçal da Ajuda – Pelouro dos Fundos Comunitários:**-----

**Deliberação n.º 188/2018:** Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice Presidente da Câmara,

datada de 02 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos, datada de 31 de janeiro de 2018, em anexo, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a submissão, da candidatura “Musealização do Sítio Arqueológico do Murraçal da Ajuda”.» (Doc.147 NIPG 1701/18) -----

O senhor **Rodolfo Verissimo**, Técnico Superior do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos fez uma apresentação das candidaturas GAL Pesca Oeste: “Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos” – musealização do Sítio Arqueológico do Murraçal da Ajuda.-----

**20) Candidaturas GAL Pesca Oeste: “Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos” – valorização paisagística do depósito funerário de catástrofe do naufrágio do navio San Pedro de Alcantara – Pelouro dos Fundos Comunitários:**-----

**Deliberação n.º 189/2018:** Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice Presidente da Câmara, datada de 02 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos, datada de 31 de janeiro de 2018, em anexo, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a submissão, da candidatura “Valorização Paisagística do Depósito Funerário de Catástrofe do Naufrágio do Navio San Pedro de Alcantara”.» (Doc.148 NIPG 1706/18) -----

O senhor **Rodolfo Verissimo**, Técnico Superior do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos fez uma apresentação das Candidaturas GAL Pesca Oeste: “Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos” – valorização paisagística do depósito funerário de catástrofe do naufrágio do navio San Pedro de Alcantara.---

**21) Projeto de espaços exteriores de valorização paisagística do depósito funerário de catástrofe do naufrágio do navio San Pedro de Alcantara – Pelouro dos Fundos Comunitários:**-----

**Deliberação n.º 190/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 01 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Gabinete de Arquitetura Paisagista da Divisão de Energia e Ambiente (Informação n.º 11/2018), datada de 01 de fevereiro de 2018, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove o projeto de espaços exteriores de Valorização Paisagística do Depósito Funerário de Catástrofe do Naufrágio do Navio San Pedro de Alcântara, para submeter a candidatura ao GAL PESCA OESTE.» (Doc.149 NIPG 1694/18)

A senhora **Sara Gomes**, Arquiteta paisagista da Divisão de Energia e Ambiente, e o senhor **Rui Venâncio**, Técnico Superior de Arqueologia, fizeram uma apresentação ao projeto de espaços exteriores de valorização paisagística do depósito funerário de catástrofe do naufrágio do navio San Pedro de Alcantara.-----

A senhora vereadora **Cristina Leitão** deu os parabéns aos técnicos, pela criatividade nos projetos, e ficaria muito satisfeita se se tornasse real. O senhor vereador **Rogério Cação** associou-se aos parabéns dados aos técnicos, elogiando a sensibilidade e a criatividade.-----

**22) Candidaturas GAL Pesca Oeste: “Preservação, conservação e valorização dos elementos**

*patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos” – recuperação da Barca de Armação “Júdice Fialho” – Pelouro dos Fundos Comunitários: -----*

**Deliberação n.º 191/2018:** Deliberado aprovar a proposta da senhora Vice Presidente da Câmara, datada de 02 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquivava cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos, datada de 31 de janeiro de 2018, em anexo, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a submissão, da candidatura “Recuperação da Barca de Armação Júdice Fialho”.» (Doc.150 NIPG 1707/18) -----

O senhor **Rodolfo Verissimo**, Técnico Superior do Gabinete de Planeamento Estratégico, Estudos e Projetos fez uma apresentação das Candidaturas GAL Pesca Oeste: “Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos” – recuperação da Barca de Armação “Júdice Fialho”. -----

#### INTERVENÇÃO SOCIAL:

**23) Suspensão do valor da renda da habitação sita no Bairro Valverde, bloco 8, r/c esquerdo - José António Araújo Leitão – Pelouro da Solidariedade Social: -----**

**Deliberação n.º 192/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 01 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquivava cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação da Técnica Superior de Serviço Social, Manuela Gomes, de 10 de janeiro de 2018, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorize a suspensão da renda da habitação sita no Bairro Valverde, bloco 8, r/c esq, atribuída ao Município José António Araújo Leitão, por um período máximo de seis meses, e com efeitos a partir do mês de fevereiro, inclusive.» (Doc.151 NIPG 1699/18) -----

#### PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

**24) Doação de duas telas e nove vestidos de cerimónia por Ida Guilherme – Pelouro da Administração Geral: -----**

**Deliberação n.º 193/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 30 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquivava cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove a doação por parte de Ida Guilherme, de duas telas pintadas a óleo à Câmara Municipal de Peniche e nove vestidos de cerimónia com aplicação de renda de bilros, ao Museu da Renda de Bilros de Peniche.» (Doc.152 NIPG 1307/18) -----

**25) Arrendamento de um edifício, sito no Cabo Carvoeiro, em Peniche, onde funciona o estabelecimento de restauração denominado Nau dos Corvos – Pelouro das Finanças: -----**

**Deliberação n.º 194/2018:** A proposta relativa ao arrendamento de um edifício, sito no Cabo Carvoeiro, em Peniche, onde funciona o estabelecimento de restauração denominado Nau dos Corvos, foi retirado da ordem do dia, devendo o assunto ser agendado para a próxima reunião de câmara. (NIPG 18252/15) -----

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO:

**26) *Comparticipação nas despesas pela manutenção de equipamento – Freguesia de Ferrel – Pelouro de Ligação às Freguesias:***-----

**Deliberação n.º 195/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 01 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando a informação da Chefe da DAF, 8/2018, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal autorize o pagamento de 831,09€ à Freguesia de Ferrel, para participar em 50% o pagamento da despesa com a manutenção do equipamento afeto ao exercício das competências delegadas, realizadas em 2017, nos termos da alínea a) do artigo 7.º do Contrato de Execução de Competências Delegadas, celebrado entre a Câmara Municipal de Peniche e a Junta de Freguesia de Ferrel, em 2 de maio de 2014.» (Doc.153 NIPG 965/17)-----

**27) *Apoio financeiro à Freguesia de Ferrel – Pelouro de Ligação às Freguesias:***-----

**Deliberação n.º 196/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 31 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando o solicitado pela Freguesia de Ferrel, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal para que, no uso da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município de Peniche atribua um apoio financeiro à Freguesia de Ferrel, no valor de 811,03€, para participação da aquisição de várias máquinas de pequeno porte.» (Doc.154 NIPG 527/18)-----

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL:

**28) *Adesão do Município de Peniche à rede “Portugal sem Touradas” – Pelouro da Proteção Animal:***-----

**Deliberação n.º 197/2018:** Deliberado, por maioria, com três votos a favor, do senhor Presidente da Câmara, da senhora vereadora Cristina Leitão e do senhor vereador Rogério Cação, duas abstenções, da senhora Vice-Presidente da Câmara e do senhor vereador Jorge Gonçalves, e dois votos contra dos senhores vereadores Mark Ministro e Filipe Sales, aprovar a proposta apresentada do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de janeiro de 2018, para que o Município adira ao projeto “Portugal Sem Touradas”. (NIPG 949/18)-----

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS:

**29) *Licenciamento de desfile escolar carnavalesco, com isenção de taxas – Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia – Pelouro da Administração Geral:***-----

**Deliberação n.º 198/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 01 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Atendendo ao solicitado pelo Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia, por requerimento, datado de 29 de janeiro de 2018, e considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, datada de 31 de janeiro de 2018, proponho que se autorize a emissão de um Alvará de Licença de Espetáculos de Natureza Desportiva ao Ar Livre, nos termos do Art.º 44.º e 45.º do Regulamento das Atividades Diversas do Município de Peniche e artigo 7.º

do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, para a realização do referido evento. O referido licenciamento deverá ser condicionado à apresentação do respetivo parecer positivo, da Guarda Nacional Republicana.

Atendendo, ainda, à solicitação de isenção de taxas, e considerando que se trata de um evento de manifesto interesse municipal, proponho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município, isentar o Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia, do pagamento de taxas pelo licenciamento do Desfile Escolar de Carnaval, e Licença Especial de Ruído, a realizar no dia 9 de fevereiro de 2018, em Atouguia da Baleia.» (Doc.155 NIPG 1542/18)

**30) Licenciamento de festa religiosa com procissão, em honra de São Brás, e bailes de carnaval, no Paço, requerido pela União Recreativa Desportiva Cultural do Paço – Pelouro das Atividades Económicas:**-----

**Deliberação n.º 199/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 31 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Atendendo ao solicitado pela “União Recreativa Desportiva Cultural do Paço”, por requerimento, registado nestes serviços a 26 de janeiro de 2018, considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, da mesma data, e a falta de tempo útil para apreciação do pedido pelo Executivo, proponho que seja ratificado o meu despacho, datado de 29 de janeiro de 2018, que autorizou a emissão de licença de recinto improvisado, nos termos dos artigos 3.º, 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, autorização prévia para lançamento de artefactos pirotécnicos, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei 124/06, de 28 de junho, e autorização para realização de Procissão Religiosa, no dia 3 de fevereiro de 2018, às 16:00 horas, nos termos do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, para a realização da festa anual com bailes, no Paço, nos dias de 1 a 4 de fevereiro, e licença de recinto improvisado, nos termos dos artigos 3.º, 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, para bailes de carnaval nos dias de 9 a 11 de fevereiro de 2018. Atendendo, ainda, à solicitação de isenção de taxas, e considerando que se trata de um evento de manifesto interesse municipal, proponho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município, isentar a “União Recreativa Desportiva Cultural do Paço”, do pagamento das respetivas taxas.» (Doc.156 NIPG 1422/18)-----

**APOIOS DIVERSOS:**

**31) Isenção de taxas pela emissão de licença especial de ruído para espetáculo de música ao vivo – Associação de Motociclismo de Peniche – Pelouro da Administração Geral:**-----

**Deliberação n.º 200/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 01 de fevereiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Atendendo ao solicitado pela Associação de Motociclismo de Peniche, por requerimento, datado de 17 de janeiro de 2018, e considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, datada de 1 de fevereiro de 2018, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 2.º e artigo 15.º do Regulamento Geral do Ruído, autorizei a emissão de uma licença especial de ruído, para a realização de convívio com música ao vivo, no edifício sede da Associação de Motociclismo de Peniche, sito no Casal Foz, Marginal Sul, em Peniche, no dia 3 de fevereiro de 2018;

Considerando o pedido de isenção de taxas, apresentado pela referida Associação, e atendendo a que se trata de um evento de manifesto interesse municipal, ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município, proponho, que se ratifique o meu despacho



*datado de 1 de fevereiro de 2018, que autorizou a referida isenção.*

*Valor total de taxas €12,45 Art.º 16.º alínea a).» (Doc.157 NIPG 894/18) -----*

**REUNIÕES DE CÂMARA:**

**32) Realização da reunião ordinária da Câmara Municipal de 12 de fevereiro de 2018 – Pelouro da Administração Geral:** -----

**Deliberação n.º 201/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 31 de janeiro de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

*«Considerando a deliberação da Câmara Municipal n.º 126/2018, de 22 de janeiro, que determinou o encerramento de todos os serviços municipais nos dias 12 e 13 de fevereiro, proponho, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal, que a reunião prevista para o dia 12 de fevereiro seja realizada no dia 14 fevereiro de 2018, com início às 9h00.» (Doc.158 NIPG 1709/18) -----*

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:**

**Deliberação n.º 202/2018:** Para efeitos de execução imediata, a Câmara Municipal deliberou aprovar a presente minuta de ata, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo e com o senhor Presidente da Câmara assino, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

**ENCERRAMENTO:**

Sendo dezoito horas e quinze minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se irá lavrar a respetiva ata, com base na presente minuta. -----

**APROVAÇÃO:**

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de março de 2018, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

*(assinado no original)*

\_\_\_\_\_  
A Chefe da Divisão de Administração e Finanças,  
em regime de substituição,

*(assinado no original)*